

ASSOCIAÇÃO SOCIAL DESPORTIVA E RECREATIVA DE ARÍCERA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

DÉMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR ATIVIDADES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	Centro de Dia	Apoio domiciliário	Atividades associativas	PERÍODOS	
				2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados	19.526,05	21.273,10	1.292,00	42.091,15	10.982,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.					
Resultado Bruto	19.526,05	21.273,10	1.292,00	42.091,15	10.982,00
Outros rendimentos	20.280,76	42.965,79	1.290,11	64.536,66	64.324,70
Gastos de funcionamento	-30.134,46	-27.433,26	-343,09	-57.910,81	
Gastos administrativos	-9.560,58	-9.046,48	-55,88	-18.662,94	-1.679,45
Outros gastos	-141,88	-143,82	-0,12	-285,82	-38.169,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-30,11	27.615,33	2.183,02	29.768,24	35.458,09
Gastos de financiamento		-1.191,71		-1.191,71	-727,93
Resultado antes de impostos	-30,11	26.423,62	2.183,02	28.576,53	34.730,16
Imposto sobre o rendimento do período.			-7,20	-7,20	
Resultado líquido do período	-30,11	26.423,62	2.175,82	28.569,33	34.730,16

A Direção

A Contabilista Certificada

*A milícia que' l'espera
 Maria de Jesus de Silva Neto
 Maria Rosa de Silva Cardoso Paiva
 Pedro Manuel Cardoso Paredes*

Landra Amado Cardoso

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS			Notas	Períodos	
				2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de Clientes e Utentes		+		40.635,15	10.304,00
Pagamentos a Fornecedores		-		(10.556,53)	(2.717,76)
Pagamentos ao Pessoal		-		(35.664,02)	(17.072,80)
Caixa gerada pelas operações				(5.585,40)	(9.486,56)
Outros recebimentos/pagamentos				41.627,27	25.368,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)			36.041,87	15.882,18
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a :					
Activos fixos tangíveis				(7.700,00)	(15.874,95)
Activos fixos intangíveis					(387,45)
Recebimentos respeitantes a :					
Subsídios ao investimento				4.000,00	5.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)			(3.700,00)	(11.262,40)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Realizações de capital e outros instrumentos					
Pagamentos respeitantes a :					
Financiamentos obtidos				(1.456,95)	(741,65)
Juros e gastos similares				(1.062,33)	(727,93)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			(2.519,28)	(1.469,58)
Variação de Caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			29.822,59	3.150,20
Efeito das diferenças de câmbio					
Caixa e seus equivalentes no início do período				40.098,44	36.948,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período				69.921,03	40.098,44

A Direcção

Amílcar José Bepko
Henrique de Almeida de Silva Neto
Maria Rosa da Silva Cardoso Fajardo
Joaquim Pinto Neto
Pedro Daniel Cardoso Fajardo

A Contabilista Certificada

Landra Amado Cardoso

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO
DE 2015**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	7	42.091,15	10.982,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8	61.236,69	60.055,78
Fornecimentos e serviços externos	12.6	(22.300,77)	(7.497,65)
Gastos com o pessoal	11	(45.119,70)	(24.454,76)
Outros rendimentos e ganhos	12.4	3.299,97	4.268,88
Outros gastos e perdas	12.5	(287,71)	(126,71)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		38.919,63	43.227,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4+5	(9.151,39)	(7.769,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29.768,24	35.458,05
Juros e gastos similares suportados	6	(1.191,71)	(727,93)
Resultado antes de impostos		28.576,53	34.730,12
Imposto sobre o rendimento do período	9	(7,20)	
Resultado líquido do período		28.569,33	34.730,12

A Direção

Amílcar José Bêbado
Yara de Almeida de Silva Neto
Maria Rosa de Silva Ruedor Tachas
Jaquim Pinto Neto
Pedro Manuel Cardoso Queiroz

A Contabilista Certificada

Landra Amácio Cardoso

BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4 + 6	34.843,16	36.836,19
Ativos intangíveis	5	276,06	340,64
Investimentos Financeiros	10.4	400,30	104,92
		35.519,52	37.281,75
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	10.5		4.264,00
Estado e outros entes públicos	10.6	1.052,67	
Diferimentos	10.5	725,05	763,26
Caixa e depósitos bancários	10.7	69.921,03	40.098,44
		71.698,75	45.125,70
Total do Ativo		107.218,27	82.407,45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos	10.1	783,06	783,06
Resultados transitados	10.2	40.627,86	5.897,70
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.3	13.590,57	16.890,43
Resultado líquido do período		28.569,33	34.730,16
Total dos fundos patrimoniais		83.570,82	58.301,35
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6	14.188,19	15.549,85
		14.188,19	15.549,85
Passivo corrente:			
Fornecedores	10.5	410,02	84,74
Estado e outros entes públicos	10.6	788,79	566,07
Diferimentos	10.5	211,00	139,00
Outros contas a pagar	10.5	8.049,45	7.766,44
		9.459,26	8.556,25
Total do passivo		23.647,45	24.106,10
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		107.218,27	82.407,45

A Direção

A Contabilista Certificada

*Amélia José Lopes da
 Paulo de Barros de Silva Neto
 Maria Rosa da Silva Cardoso Pacheco
 José Sérgio Pinto Neto
 Pedro Daniel Cardoso Pacheco*

Jandra Amado Cardoso

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Associação Social Desportiva e Recreativa de Arícera.

Sede: Arícera - Armamar

Natureza da actividade: Promoção social da população em geral e a promoção de actividades de carácter desportivo, recreativo e cultural.

CAE: 88101 – Atividades de promoção social da população em geral.

N.º de Identificação de Pessoa Colectiva: 501 994 246

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilístico e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março (*Sistema de Normalização Contabilística ESNL*);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (*Modelos de Demonstrações Financeiras ESNL*);
- Aviso n.º 6726-B/2011, 14 de março (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do ESNL*);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (*Código de Contas*).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da entidade, isto é, de que continuará a operar no futuro pelo que os registos contabilísticos da entidade, são mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

-Materialidade

A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras.

-Não compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nas rubricas de balanço e demonstração dos resultados respectivas, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, e vice-versa para ambos.

2.2. Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. As Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade. Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

3.1.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês do em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

3.1.3. INVENTÁRIOS

Os inventários devem ser valorizados ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

3.1.4. RÉDITOS

O rédito relativo a transacções provenientes das transacções e acontecimentos tais como vendas prestações de serviços, juros, royalties e dividendos provenientes de ativos da associação é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.1.5 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos, por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “*Subsídios à exploração*” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “*Financiamentos obtidos*”.

3.1.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago

durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês do em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Os quadros que se seguem, apresentam a conciliação das quantias escrituradas em 2015 e 2014:

➤ 2015

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
DESCRIÇÃO		Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AF Tangíveis	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	14.238,71	24.291,50	2.208,36	3.820,30	44.558,87
2	Depreciações acumuladas iniciais	3.596,77	2.709,18	439,85	976,88	7.722,68
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais					
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	10.641,94	21.582,32	1.768,51	2.843,42	36.836,19
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	5.281,70	-6.072,88	-360,99	-840,86	-1.993,03
5.1	Total das adições	7.093,78	0,00	0,00	0,00	7.093,78
	Aquisições em 1.ª mão	7.093,78				7.093,78
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais					
	Outras aquisições					
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção					
	Trabalhos para a própria entidade					
	Acréscimo por revalorização					
	Outras					
5.2	Total das diminuições	1.812,08	6.072,88	360,99	840,86	9.086,81
	Depreciações	1.812,08	6.072,88	360,99	840,86	9.086,81
	Perdas por imparidade					
	Alienações					
	Abates					
	Outras					
5.3	Reversões de perdas por imparidade					
5.4	Transferências de AFT em curso					
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda					
5.6	Outras transferências					
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	15.923,64	15.509,44	1.407,52	2.002,56	34.843,16
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida					

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
DESCRIÇÃO		Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AF Tangíveis	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	11.328,30		910,20		12.238,50
2	Depreciações acumuladas iniciais					
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais					
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	11.328,30	0,00	910,20	0,00	12.238,50
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-686,36	21.582,32	858,31	2.843,42	24.597,69
5.1	Total das adições	2.910,41	24.291,50	1.298,16	3.820,30	32.320,37
Adições	Aquisições em 1.ª mão	2.910,41	16.291,50	1.298,16	3.820,30	24.320,37
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais					
	Outras aquisições		8.000,00			8.000,00
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção					
	Trabalhos para a própria entidade					
	Acréscimo por revalorização					
	Outras					
5.2	Total das diminuições	3.596,77	2.709,18	439,85	976,88	7.722,68
Diminuições	Depreciações	3.596,77	2.709,18	439,85	976,88	7.722,68
	Perdas por imparidade					
	Alienações					
	Abates					
	Outras					
5.3	Reversões de perdas por imparidade					
5.4	Transferências de AFT em curso					
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda					
5.6	Outras transferências					
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	10.641,94	21.582,32	1.768,51	2.843,42	36.836,19
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida					

5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês do em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

O quadro seguinte, apresenta a conciliação das quantias escrituradas em 2015:

DESCRIÇÃO		Programas de computador	Total
Com vida útil indefinida:			
1	Quantia bruta escriturada final		
2	Perdas por imparidade acumuladas		
3	Quantia líquida escriturada final (3 = 1 - 2)		
Com vida útil finita:			
4	Quantia bruta escriturada inicial	387,45	387,45
5	Amortizações acumuladas iniciais	46,81	46,81
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais		
7	Quantia líquida escriturada inicial (7=4-5-6)	340,64	340,64
8	Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+.....+8.6)	-64,58	-64,58
8.1	Total das adições	0,00	0,00
Adições	Aquisições em 1.ª mão		
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais		
	Outras aquisições		
	Trabalhos para a própria entidade		
	Acréscimo por revalorização		
	Outras		
8.2	Total das diminuições	64,58	64,58
Diminuições	Amortizações	64,58	64,58
	Perdas por imparidade		
	Alienações		
	Abates		
	Outras		
8.3	Reversões de perdas por imparidade		
8.4	Transferências de intangíveis em curso		
8.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda		
8.6	Outras transferências		
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	276,06	276,06
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida		

Assinado
[Assinatura]

6. Locações

6.1. Locações financeiras - locatários:

a) *Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31.12.2015:*

31.12.2015	
Ativos	
Equipamento de Transporte	
FIAT DOBLO CARGO 1.3: 68-OQ-91	9.842,77
Total	9.842,77

b) Descrição geral de acordos de locação:

Nº contrato	Locadora	Data Inicio	Data do fim	Bem locado	Valor do contrato	Pagamentos mínimos 31-12-2015	Valor presente 31-12-2015	Opção compra
5041753	CETELEM	31-05-2014	19-04-2022	68-CQ-91	16.291,50	16.165,38	13.417,27	
Total					16.291,50	16.165,38	13.417,27	0,00

7. RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante os exercícios de 2015 e 2014 foram as expressas no quadro que se segue:

Réditos	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de Serviços	42.091,15	10.982,00
	42.091,15	10.982,00

8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

Os subsídios governamentais¹ são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que serão recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e “intangíveis com vida útil indefinida”, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessário para compensar qualquer perda por imparidade

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

¹ Governo: refere-se ao governo, agências do Governo e organismos semelhantes, sejam eles locais, nacionais ou internacionais

A Associação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	Natureza	31.12.2015			Descrição	Natureza	31.12.2014		
		Capitais próprios	Passivo	Demonstração de resultados			Capitais próprios	Passivo	Demonstração de resultados
Município Armamar	Não reembolsável	10.317,24		2.299,86	Município Armamar	Não reembolsável	12.617,10		4.621,40
Freguesia de Arícera	Não reembolsável	2.833,33		2.250,00	Freguesia de Arícera	Não reembolsável	3.833,33		25.766,67
IGFSS	Não reembolsável			47.644,70	IGFSS	Não reembolsável		1.493,42	28.686,86
IEFP	Não reembolsável			12.301,99	IEFP	Não reembolsável			4.479,77
Total		13.150,57	0,00	64.496,55	Total		16.450,43	1.493,42	63.554,70

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A associação está isenta de IRC pelo disposto a alínea b) do n.º I do artigo 10.º CIRC e não foram reconhecidos rendimentos fora do âmbito estatutário. O IRC a pagar refere-se a tributação autónoma aplicável nos termos do artigo 88.º n.º 7 do CIRC, no montante de 7,20Eur.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

É política da Associação reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Associação mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Associação não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a associação for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

10.1. Montante de Fundos Patrimoniais

A 31 de dezembro de 2015 a associação apresentava um fundo patrimonial de 783,06€ que corresponde ao património líquido na data da aplicação do PCIPSS, que antecedeu o actual normativo contabilístico, ou seja, o sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística e aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e pelas Portarias n.º 105/2011 e 106/2011, ambas de 14 de março.

10.2. Resultados Transitados

A conta de resultados transitados apresenta o valor acumulado dos lucros apurados até ao exercício de 2014, e aprovados pelos órgãos da associação.

10.3. Outras variações nos fundos patrimoniais

A rubrica de “outras variações nos fundos patrimoniais”, apresentava o valor do subsídio ao investimento atribuído, nos períodos de 2012 a 2015, pelo Município de Armamar, e ainda não reconhecidos como proveitos.

10.4. Investimentos Financeiros

A rubrica de investimentos financeiros, apresentava o valor das contribuições para o Fundo de Compensação no Trabalho, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e Fundo de reestruturação do setor solidário.

	2015	2014
FCT - Fundo Compensação Trabalho	354,40	104,92
Fundo de reestruturação do setor solidário	45,90	
Total	400,30	104,92

**10.5. Clientes e Utentes /Fornecedores /Fundadores |Patrocinadores |Doadores
|Associados e Membros /Outras contas a receber e a pagar**

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 as contas de ativos e passivos financeiros apresentavam a decomposição conforme quadro da página seguinte.

	31-12-2015	31-12-2014
Correntes	725,05	5.027,26
Diferimentos	725,05	763,26
Outras contas correntes	0,00	4.264,00
<i>Devedores por acréscimos de rendimentos</i>		4.264,00
Total	725,05	5.027,26

	31-12-2015	31-12-2014
Correntes	8.670,47	7.690,18
Fornecedores	410,02	84,74
Diferimentos	211,00	139,00
Outras contas a pagar	8.049,45	7.466,44
<i>Pessoal</i>	<i>2.772,88</i>	<i>1.922,33</i>
<i>Credores por acréscimos</i>	<i>3.590,53</i>	<i>3.744,02</i>
<i>Fundadores Doadores Assoc Membros</i>	<i>1.015,86</i>	
<i>Credores diversos</i>	<i>670,18</i>	<i>1.800,09</i>
Total	8.670,47	7.690,18

10.6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2015	31-12-2014
Imposto s/ o valor acrescentado	1.052,67	
<i>IVA - Restituições pedidas</i>	<i>1.052,67</i>	
Total do ativo	1.052,67	

	31-12-2015	31-12-2014
Retenções de impostos s/ o rendimento	114,20	81,00
<i>IRC - Imposto Estimado</i>	<i>7,20</i>	
<i>IRS - Retenções na fonte</i>	<i>107,00</i>	
Contribuições para a segurança Social	674,59	484,38
<i>IGFSS Viseu</i>	<i>654,92</i>	<i>470,07</i>
<i>FCT - Fundo Compensação Trabalho</i>	<i>18,19</i>	<i>13,23</i>
<i>FGCT</i>	<i>1,48</i>	<i>1,08</i>
Total do passivo	788,79	565,38

10.7. Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	2.280,46	974,18
Depósitos à ordem	67.640,57	39.124,26
Total	69.921,03	40.098,44

II. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

	2015	2014
Remunerações do pessoal	37.463,63	20.496,91
Encargos sobre remunerações	6.575,65	3.106,76
Seguros	591,17	403,05
Outros gastos com o pessoal	489,25	448,04
Total	45.119,70	24.454,76

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	6	8219
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	5	7179
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	1	1040
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	5	7179
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	5	7179
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	1	1040
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens		
Mulheres	6	8219
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à Investigação e Desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

12.1 Imposto em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

12.2 Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, a ASDRA não tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas.

12.3 Fornecimentos e serviços externos

	2015	2014
Trabalhos Especializados	842,77	961,25
Publicidade e propaganda	307,50	
Vigilância e segurança		42,87
Honorários		295,20
Conservação e Reparação	3.073,44	114,99
Outros	8,50	36,50
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.266,18	468,93
Material de escritório	750,14	185,15
Outros fornecimentos	10.685,00	3.342,91
Combustíveis	3.806,38	1.186,54
Deslocações e estadas	17,22	
Comunicação	430,74	255,70
Seguros	1.040,90	517,61
Contencioso e notariado		65,00
Despesas de Representação	72,00	25,00
Total	22.300,77	7.497,65

12.4 Outros rendimentos e ganhos

	2015	2014
Imputação de subsídios ao investimento	3.299,86	4.258,88
Outros n/ especificados	0,11	10,00
Total	3.299,97	4.268,88

12.5 Outros gastos e perdas

	2015	2014
Impostos	200,34	2,86
Correções de anos anteriores	4,85	
Quotizações	72,00	40,00
Multas e penalidades	1,01	83,85
Outros n/ especificados	9,51	
Total	287,71	126,71

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

A Direção,

*Amílcar Afonso Lopes
Luís de Sousa de Silva Neto
Márcia Rosa da Silva (André Felício)
João Guilherme Pinto Neto
Rafael Manuel Cardoso Felício*

A Contabilista certificada

Landra Amado Cardoso